Recebido em: 17/01/2014 Parecer emitido em: 03/03/2014 Artigo original

COMPARAÇÃO DA IDADE MOTORA AMPLA E CRONOLÓGICA DOS ALUNOS DO QUINTO ANO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FOZ DO IGUAÇU

Josmar Gouveia Couto[1], Gustavo Chaves Brandão[1]

RESUMO

O objetivo do presente estudo foi comparar a idade motora ampla e idade cronológica dos educandos matriculados no quinto ano Séries Iniciais, devido à ausência da Educação Física na Rede Municipal de Ensino em Foz do Iguaçu/PR. Foram selecionados para o estudo alunos com idade cronológica entre nove e 10 anos. As escolas foram sorteadas aleatoriamente sendo escolhida uma de cada região urbana da cidade, totalizando 11 escolas e 357 alunos de ambos os gêneros, sendo 47,6% masculino e 52,4% feminino. Representando uma amostra com 95% de confiança e cinco por cento de erro, a pesquisa foi aprovada sob o parecer 011/2012, do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Utilizando o Protocolo da Escala de Desenvolvimento Motor (EDM), o estudo apresentou idade motora inferior há cronológica mostrando um atraso motor médio de 17,54 meses. A média da idade cronológica ficou em 120,57 meses com desvio padrão de 4,68 e para variável idade motora a média obtida foi 103,03 meses e desvio padrão de 16,42. Seguindo o teste ANOVA os dados apresentaram 96,5% de variância entre os dois grupos com p=0,035, sendo assim diferentes estatisticamente. Os resultados obtidos mostram a necessidade do Profissional de Educação Física e aulas de Educação Física em toda trajetória escolar da criança, com um trabalho voltado para desenvolvimento motor, oportunizando uma vida mais saudável ao indivíduo, economia a sociedade e aos cofres públicos.

Palavras-chave: Idade motora. Coordenação motora. Idade cronológica.

COMPARISON OF MOTOR WIDE AND CHRONOLOGICAL AGE OF STUDENTS OF THE FIFTH YEAR OF MUNICIPAL EDUCATION NETWORK FOZ DO IGUAÇU

ABSTRACT

The aim of this study was to compare student's gross motor age and chronological age due to the lack of physical education in municipal's schools in Foz do Iguaçu/PR, enrolled in the fifth year early grades. The study selected students with chronological age between 9 and 10 years. The schools were drawn randomly by chosen one of each urban area of the city, totaling 11 schools and 357 students of both genders, 47.6% male and 52.4% female. Representing a sample with 95% confidence - five percent error, the research was approved under protocol 011/2012, the Ethics Committee for Research on Human Beings. Using the Protocol of Motor Development Scale (EDM), the study presented that chronological age were less than motor age, indicating 17.54 months of medium ageing delay. The average of chronological age was 120.57 months with a standard deviation of 4.68 and a variable age average for a motor age was 103.03 months and standard deviation of 16.42. Following ANOVA tests, the data showed 96.5 % of the variance between groups, p = 0.035, and thus statistically different. The results obtained show the necessity of the Professional Physical Education and Physical Education classes throughout school life of the child, with development through motor's labor, providing opportunities for a healthier life to the individual, society and economy to the public safer.

Keywords: Age motor. Motor coordination. Chronological Age.

INTRODUÇÃO

Desde a concepção, o indivíduo apresenta uma evolução motora que deve ser estimulada para o desenvolvimento da qualidade de vida (ROSA NETO, 2002, p. 11). Até os sete anos de idade a criança deve ser estimulada com a prática de atividades que desenvolvam suas habilidades e capacidades motoras. Nessa fase, a criança desenvolve os movimentos básicos para sua vida, entre os sete aos 12 anos esses movimentos são refinados e após os 12 anos ocorrem o aperfeiçoamento ou manutenção (GALLAHUE; OZMUN, 2005, p. 65-67). Sem a realização desse trabalho no Ensino Fundamental Anos Iniciais na Rede Municipal de Ensino, por profissionais especializados em Educação Física, surge há preocupação de acadêmicos, professores, direção das escolas e pais com relação à coordenação motora e desenvolvimento cognitivo das crianças iguaçuenses. Outra questão levantada é sobre a idade motora e a cronológica, necessitando um estudo que apresente em que nível de desenvolvimento motor se encontra as crianças que estão saindo da rede municipal de ensino para ter o primeiro contato com a Educação Física nas escolas estaduais, ministradas por profissionais graduados nessa área.

Para comprovar a realidade entre a idade motora e a cronológica, buscando a melhora ou manutenção do desenvolvimento motor, o estudo avaliou a motricidade global e a idade motora dos alunos do quinto ano da Rede Municipal de Ensino na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná. O estudo também diagnosticou o estado motor e a real situação motora dos educandos, com idade cronológica de nove e 10 anos da rede municipal de ensino.

Esse estudo surge da necessidade de apresentar a sociedade iguaçuense dados que possam auxiliar acadêmicos, professores, direção das escolas, secretaria municipal de educação e toda a classe política do município, para intervenções necessárias à melhoria ou manutenção do pleno desenvolvimento dos educandos. O estudo se insere na linha de pesquisa da Educação Física voltada para atividade física, saúde e qualidade de vida.

Para professores e acadêmicos de Educação Física serve como fonte de dados para planejar suas aulas buscando a evolução motora dos educandos. Para os legisladores, preocupados com a sua sociedade, apresenta a real situação da coordenação motora das crianças do município, seus pontos positivos e negativos, cabendo a eles elaborar políticas para melhoria das mesmas e cumprimento das leis em vigor.

O município de Foz do Iguaçu não oferece no momento a disciplina de Educação Física no Ensino Fundamental Anos Iniciais, e a falta dessa disciplina de pode influenciar no processo formativo trazendo danos a saúde das crianças, pois, é nessa fase que adquire seu repertório motor para auxiliá-las ao longo de sua existência.

A EDUCAÇÃO FÍSICA EM FOZ DO IGUAÇU

Conforme relato de seis professores, o município de Foz do Iguaçu teve seu primeiro concurso voltado para a Educação Física em 1991 e, foram efetivados no ano seguinte. Mas por um período de aproximadamente dois anos, eles atuaram como orientadores dos professores de áreas específicas que tinham interesse em ministrar aulas de Educação Física. A partir de 1993, os profissionais de Educação Física começaram assumir turmas no Ensino Infantil ministrando aulas por aproximadamente 12 anos.

A Educação Física foi regulamentada em 1998 (Lei n. 9696/98), mas de acordo com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96), desde 1996 existe a obrigatoriedade dessa disciplina no ensino básico e ainda nesse mesmo ano, foi aprovada a Lei Municipal n. 2052/96, instituindo que o ensino da disciplina de lutas poderia substituir a prática da Educação Física.

Em 2003, foi aprovada a Lei Municipal n. 2869/03 que instituía a obrigatoriedade da Educação Física na Rede Municipal de Ensino e que os professores da disciplina deveriam ter graduação de licenciatura em Educação Física, registro nos Conselhos Federal e Regional de Educação Física. Porém, em 2005, com o surgimento dos Centros de Convivência (Centros Poliesportivos do Município), os professores concursados foram remanejados para os centros e os professores que não aceitaram a transferência e tinham formação do magistério tiveram que assumir outras disciplinas, ocasionando a perda dos professores de Educação Física nas escolas.

A Prefeitura, em contrapartida, alega que os alunos são atendidos no contra turno escolar nos Centros de Convivência, mas estes locais não tem capacidade para atender todas as crianças do município. Outro ponto negativo é a localização, pois várias escolas não estão situadas próximo dos Centros Poliesportivos e não existe a obrigatoriedade das crianças frequentarem estes locais no contra turno escolar.

Outro caso é o número insuficiente de profissionais graduados e registrados no Conselho Regional de Educação Física, conforme reza a Lei gerando grande número de alunos por professor. Há uma grande rotatividade de estagiários que são a grande maioria nesses locais. O Poder Público Municipal priva os escolares da prática de Educação Física, não oportunizando aos educandos um desenvolvimento motor, afetivo e cognitivo. Conforme Cantell; Smyth; Ahonem (1994) e outros autores, a desordem motora afetará a qualidade de vida do indivíduo momentaneamente ou definitivamente podendo levar até a morte.

DESENVOLVIMENTO MOTOR

Para Freire (1991, p.14), não existe outra espécie tão criança quanto à humana e que brincar para nós, não é apenas diversão e sim uma necessidade. Contudo Fagen, citado por Gallahue; Ozmun (2005, p.17), diz que a brincadeira é de vital importância para o desenvolvimento cerebral do ser humano. Ainda conforme os mesmos autores o desenvolvimento é um processo contínuo que se inicia na concepção e cessa com a morte. O desenvolvimento inclui todos os aspectos do comportamento humano (ibdem, 2005, p.5).

De acordo com Valentini (2002, p. 54-55), é fundamental conhecer o nível de desenvolvimento motor das crianças para elaboração de intervenções motoras a fim de suprir as necessidades de cada grupo, oportunizando ao indivíduo a possibilidade de construir uma bagagem motora que garanta sua participação em atividades de movimento que necessite habilidades motoras em toda sua existência.

O estudo do desenvolvimento motor a muitos anos, vem despertando interesse dos profissionais da saúde, dessa forma para Gallahue; Ozmun (2005, p.55-56).

> O processo do desenvolvimento motor revela-se basicamente por alterações no comportamento motor. Todos nós bebês, crianças, adolescentes e adultos estamos envolvidos no processo permanente de apreender a mover-se com controle e competência, em relação aos desafios que enfrentamos diariamente em um mundo em constante mudança. Podemos observar diferença de desenvolvimento no comportamento motor provocadas por fatores próprios do indivíduo (biologia), do ambiente (experiência) e da tarefa em si (físicos e mecânicos). Podemos fazer isso pela observação das alterações no processo (forma) e no produto (desempenho). Assim, um meio primário pelo qual o processo de desenvolvimento motor pode ser observado é o estudo das alterações no comportamento motor no decorrer do ciclo de vida (GALLAHUE; OZMUN, 2005, p. 55-56).

Conforme Mello (2010, p. 38), para a criança apresentar coordenação motora fina adequada, seja ela escrever, desenhar, pintar ou outras habilidades que envolva os pequenos grupos musculares, primeiro ela deverá controlar o seu corpo, dominando os grandes grupos musculares, inicialmente os movimentos são amplos utilizando muito espaço para locomover-se. Eckert (1993, p. 184), afirma que a criança precisa de um local seguro para brincar e que suas energias são direcionadas quase que em sua totalidade para as atividades motoras grossas.

Na coordenação motora grossa verificamos o uso dos grandes grupamentos musculares e o desenvolvimento das habilidades como correr, pular, chutar, subir e descer escadas, que podem ser desenvolvidas a partir de uma intervenção sistemática através de exercícios e atividades esportivas. Quando a criança apresenta déficit nessas habilidades, ela apresenta um atraso motor e as dificuldades resultantes desse atraso pode gerar baixa autoestima e falta de interesse pelas atividades físicas e alto nível de ansiedade (SHOEMAKER; KALVERBOER, citado por FERREIRA *et al.,* 2006, p. 286).

A criança, ao iniciar sua vida escolar, deve possuir uma bagagem motora para auxiliá-la nas exigências deste novo mundo. Porém, existem crianças que ingressam no ambiente escolar sem o domínio das habilidades motoras básicas adequadas para sua idade (FERREIRA *et al.,* 2006, p. 283).

Segundo a APA (American Psychiatric Association), citada por Willoughby; Polatajko (1995, p. 787), o atraso motor é classificado como Desordem da Coordenação do Desenvolvimento (DCD) ou Transtorno da Coordenação do Desenvolvimento (TCD), sendo identificado quando a idade motora ou intelectual é inferior a idade cronológica.

Skinner; Piek, citados por Ferreira *et al.,* (2006, p. 284), afirmam que os escolares com DCD tem pequena percepção de suas competências motoras e cognitivas, procurando atividades mais fáceis e evitando aquelas que apresentam um grau de dificuldade mais elevado. Essa desordem ainda propicia alto nível de

ansiedade levando-o a adotar um estilo de vida sedentário. O mesmo autor ainda cita Smith; Anderson, que afirmam que esses prejuízos não se caracterizam apenas como motor, pois essas crianças podem desenvolver patologias crônicas degenerativas hipocinéticas como: alta pressão sanguínea, alto nível de colesterol, arteriosclerose, doenças cardiovascular e obesidade. Durante a maturação da criança e a chegada da adolescência, a exclusão de importantes atividades sociais cotidianas pode incidir no risco de suicídio.

METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado foi o de campo que é o tipo de estudo em que o pesquisador observa e coleta os dados, que ocorrem espontaneamente, no próprio local onde ocorreu o fato em estudo, caracterizando-se pelo contato direto com o indivíduo, sem interferência do pesquisador (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 83). Na pesquisa experimental se observa e analisa os fenômenos já existentes ou dados do passado. Nesse método o pesquisador tenta controlar os fatores, exceto a variável experimental (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2007, p. 30). O presente estudo foi realizado de forma transversal avaliando a coordenação motora e idade motora dos alunos matriculados no quinto ano do Ensino Fundamental Séries Iniciais da Rede Municipal de Ensino de Foz do Iguaçu.

A população foi formada pelo universo de 3330 indivíduos de 09 e 10 anos de idade matriculados em 51 escolas municipais, sendo excluído do estudo alunos com idade de 11 anos completos ou superior. Este estudo avaliou por amostragem um grupo de 357 educandos que se enquadram nas características citadas representando uma amostra com 95% de confiança e cinco por cento de erro (BARBETTA, 2008, p. 59). A realização da pesquisa foi liberada sob o parecer 011/2012 do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade Assis Gurgacz, em abril de 2012.

O município de Foz do Iguaçu é dividido pela Secretaria de Administração em 11 regiões urbanas e de cada região foi sorteada uma escola de forma randômica. As escolas escolhidas e suas regiões são: R1 - Escola Municipal João Adão da Silva, R2 - Escola Municipal Najla Barakat, R3 – Escola Municipal Cora Coralina, R4 - Escola Municipal Presidente Getúlio Vargas, R5 - Escola Municipal Érico Veríssimo, R6 - Escola Municipal Ponte da Amizade, R7 - Escola Municipal Professora Rosália de Amorim da Silva, R8 - Escola Municipal Altair Ferraz da Silva, R9 - Escola Municipal Professor Parigot de Souza, R10 - Escola Municipal Papa João Paulo I e R11 - Escola Municipal Anita Garibaldi.

Esses alunos foram avaliados através do Protocolo EDM (Escala de Desenvolvimento Motor) desenvolvido pelo Professor Francisco Rosa Neto, para avaliar Motricidade Global e Idade Motora Global. O teste foi validado para população infantil brasileira por Amaro *et al.,* (2009, p. 4). A aplicação do teste foi realizada com a aplicação de 10 provas motoras sendo cada uma delas relativa a uma idade cronológica iniciando com o exame motor referente há dois anos e terminando com a de 11 anos de idade. A idade motora global do aluno será equivalente à última prova em que ele obter êxito, verificando se a idade cronológica é igual à idade motora.

A tabulação e análise dos dados foram realizadas em planilha eletrônica do programa Microsoft Excel 2007 e IBM SPSS Estatistics 19 for Windows.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De acordo com o protocolo EDM (Escala de Desenvolvimento Motor), criado por Rosa Neto (2002, p. 33), o autor afirma que na maturação da criança existe uma escala de desenvolvimento e de acordo com a idade ela deve ser capaz realizar tarefas equivalentes a sua idade cronológica.

Utilizando uma variação do EDM, o estudo avaliou uma população de 357 crianças sendo 47,6 % composta por meninos e 52,4 % de meninas, todos com idade de nove e 10 anos, matriculados no quinto ano da Rede Municipal de Ensino. Foram excluídos do estudo alunos com 11 anos completos acima. As avaliações ocorreram nas escolas com agendamento prévio e autorização por escrito dos responsáveis.

A análise descritiva dos dados foi feita através da média, desvio padrão e variância. A pesquisa constatou que a idade motora ampla dos alunos da Rede Municipal de Ensino é relevantemente inferior a idade cronológica, a média da idade motora ampla do grupo avaliada foi de 103,3 meses apresentando atraso motor de 17,54 meses e desvio padrão de 16,42 e a idade cronológica obteve uma média de 120,57 e desvio padrão de 4,68. Quando separados por gêneros, os meninos apresentaram um atraso de 15,23 meses e as alunas 19,64 meses. Sendo assim, o gênero feminino apresentou idade motora inferior ao gênero masculino, equivalente a 4,41 meses de atraso, sendo essa diferença significativa estatisticamente (p=0,009).

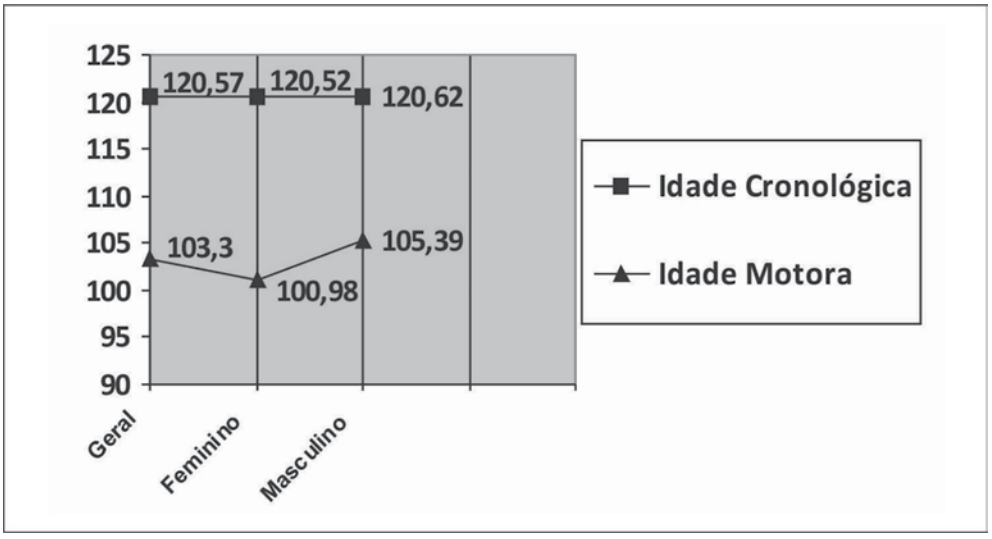

Gráfico 1. Comparação das médias da idade motora ampla e cronológica em meses.

Tabela 1. Comparação das médias da idade motora ampla, cronológica e desvio padrão dos escolares.

Variáveis	Geral	Feminino	Masculino	Desvio Padrão
Média Idade Cronológica	120,57	120,52	120,62	16,42
Média Idade Motora	103,3	100,98	105,39	4,68

Confirmando o estudo de Eckert (1993, p. 222), o autor afirma que na infância ambos os sexos apresentam habilidades motoras semelhantes, porém existe diferença em alguns casos onde ocorre a maturação precoce ou existe interferência do ambiente.

Cantell; Smyth; Ahonem (1994, p. 125), realizaram um estudo longitudinal, onde avaliaram um grupo de indivíduos com desordem de coordenação do desenvolvimento aos cinco anos de idade e repetiram a avaliação aos 11 e 15 anos de idade. Esse estudo relatou que 46% das crianças diagnosticada com DCD, ainda apresentavam sintomas aos 15 anos de idade, apresentando a desordem motora e intelectual, baixa expectativa relacionada ao próprio futuro, não se relacionam socialmente, não praticam atividades físicas e passavam a maior parte do tempo livre assistindo televisão, ouvindo música, utilizando jogos eletrônicos e computador.

Smith e Anderson citado por Ferreira *et al.,* (2006, p. 284), completa afirmando que além do prejuízo motor os escolares podem desenvolver doenças como: alta pressão sanguínea, alto nível de colesterol, arteriosclerose, cardiovasculares e obesidade. Outro fator agravante com a chegada da adolescência é a exclusão de importantes atividades sociais cotidianas, aumentado o risco de suicídio neste grupo.

Utilizando o teste ANOVA One Way para calcular a variância entre as duas amostras, obtêm-se uma diferença significativa estatisticamente de 96,5% entre as variáveis da idade motora ampla e cronológica para ambos os gêneros, sendo $p=0,035$. Analisando os gêneros separadamente resulta em $p=0,841$ para idade cronológica, não apresentando variância significativa por se tratar de crianças com idade escolar compatível com a faixa etária. Para a amostra da idade motora se obtém $p=0,009$ sendo $p<0,05$, apresentando variância estatística significativa, constatando que existe diferença entre a idade motora de ambos os gêneros. Segundo Eckert (1993, p. 222-223), essa diferença pode ser causada pela maturação precoce ou por características socioculturais.

Juntamente com as avaliações, os alunos responderam, em forma de questionário, as perguntas: "Praticam atividade física?", e "Brincam na rua?" Antes de responderem o avaliador explicou o que era atividade física e para o pergunta relacionada a brincar na rua foi adotado o quesito "pelo menos uma

vez por semana". O total de 7,6 % dos avaliados afirmaram que não praticam nenhum tipo de atividade física, ficando a maior parte do tempo livre no computador, assistindo televisão ou jogando videogame e 92,4% declararam ativos fisicamente. Uma grande surpresa foi comprovar que 70,6% das crianças ainda brincam na rua, mesmo com a falta de segurança que existe nas cidades de médio e grande porte, porém várias crianças ressaltaram que realizam suas brincadeiras com a supervisão dos responsáveis e 29,4% dos escolares afirmaram que não brincam na rua.

Essa deficiência do ensino vem se tornado uma preocupação para os educadores de todas as áreas, pois a coordenação motora não desenvolvida gera deficiência motora, falta equilíbrio, de espaço tempo, de lateralidade e também deficiência afetiva e cognitiva na adolescência e quando adulto.

Além dos prejuízos que podem ser causados às crianças da cidade de Foz do Iguaçu ainda apresenta o não cumprimento da Lei Federal n. 9394/96 e das Leis Municipais n. 2052/96 e n. 2869/03, que tornam obrigatório a Educação Física na Educação Infantil e Ensino Fundamental ferindo a constituição brasileira, privando as crianças de construir uma vida saudável e de obter seu desenvolvimento motor para adquirir suas capacidades motoras como força, resistência, velocidade e flexibilidade. Essas capacidades são fundamentais para que o indivíduo adquira as habilidades motoras como andar, manipular, equilibrar ou específicas com tocar um instrumento, digitar, pintar ou nadar de costas. Esses reflexos afetarão a vida do cidadão e os próprios cofres públicos, pois menor qualidade de vida pode gerar o desenvolvimento de patologias, doenças crônicas degenerativas e com isso, pode aumentar o número de funcionários afastados de suas funções laborais, gerando maior frequência no sistema de saúde e maiores gastos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados encontrados nas avaliações do presente estudo, constatou-se que existe diferença entre a idade motora ampla e idade cronológica dos educandos apresentando diferença significativa estatisticamente entre as amostras para análise de variância.

Mello (2010, p. 38) afirma que o desenvolvimento da coordenação motora grossa ou ampla ocorre antes da fina, também há relatos de vários professores da Rede Municipal durante a aplicação dos testes afirmando que as mesmas dificuldades que os alunos apresentavam na realização da bateria de testes são encontradas dentro das salas de aulas.

A American Psychiatric Association classifica o atraso motor como DCD (Desordem da Coordenação do Desenvolvimento), sendo identificado quando a idade motora é inferior a idade cronológica. O desenvolvimento motor repercute na futura vida do educando nos aspectos social, cultural, afetivo e intelectual. Segundo Smith e Anderson citado por Ferreira *et al.,* (2006, p. 284), além do prejuízo motor os escolares podem desenvolver doenças como pressão alta, colesterol, arteriosclerose, cardiovascular e obesidade, podendo levar o indivíduo a atentar contra a própria vida. Cantell; Smyth; Ahonem (1994, p. 125), concordam com os autores acima afirmando que a desordem motora e intelectual gera baixa expectativa relacionada ao próprio futuro, causando isolamento social e inatividade física. Contudo Willoughby; Polatajko (1995, p. 787), apontam o atraso motor como passageiro e que o processo maturacional da criança diminuiria com o tempo até sua extinção. Porém o estudo de Cantell; Smyth; Ahonem (1994, p. 125), mostra que 46% das crianças diagnosticadas com deficiência motora levam este problema para fase adulta. Os dados mostram a necessidade de trabalhar com a prevenção, pois os prejuízos causados aos indivíduos são incalculáveis.

De acordo com o Manual Técnico de Promoção de Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças na Saúde Complementar, do Ministério da Saúde do Brasil (2007, p. 50), a inatividade física não representa apenas um risco de desenvolvimento de doenças crônicas, mas também acarreta um custo econômico para o indivíduo, para a família e para a sociedade.

A Declaração de Punta del Este, referente há Terceira Conferência Internacional de Ministros e Representantes Oficiais responsáveis pela Educação Física e Esporte (MINEPS III) realizada pela UNESCO e OMS, em Punta del Este, Uruguai – 1999, afirma que para cada US$ 1,00 investido em atividade física gera uma economia de US$ 3,20 em gastos médicos. "O mesmo pode-se ser dito em relação às empresas", explica o coordenador do Projeto Amil Praticando Saúde, Cássio Mazzarotto. Os oficiais também defenderam a importância da Educação Física e o esporte como elemento essencial e parte integral do processo de educação continuada, desenvolvimento humano e social. Já a Carta da Educação Física Escolar de 2007 afirma que o retorno é de US$ 3,80.

Além dessa condição profilática efetiva, a atividade física é um meio eficiente e de menor custo para promoção da saúde e do bem-estar geral diminuindo significativamente a quantidade de despesas hospitalares. Os especialistas que participaram do Fórum Nacional de Prevenção Integrada da Área de Saúde, realizada em 2005 na cidade de Belo Horizonte – MG, afirmaram que uma pessoa obesa aumenta seus gastos em 36% com serviços médicos e em 7% com medicamentos se comparando com os gastos de uma pessoa de peso dentro dos padrões definidos como de normalidade.

Em 2011, um grupo de acadêmicos da Faculdade União das Américas entraram com uma ação de denúncia junto ao Ministério Público pedindo que fossem cumpridas as leis de obrigatoriedade da Educação Física no Ensino Infantil. Como resposta a esta ação, o Prefeito Municipal criou um Projeto de Lei pedindo revogação da Lei n. 2869/03. Essa atitude gerou uma revolta na sociedade iguaçuense mobilizando acadêmicos, profissionais da Educação Física e pais de alunos. Na data de três de novembro de 2011, compareceram a Câmara Municipal de Foz do Iguaçu cerca de 90 pessoas, entre eles representantes do Conselho Regional e Federal de Educação Física, Federação Internacional de Educação Física, acadêmicos e professores. Devido à mobilização da sociedade, o projeto de lei não entrou em pauta. Porém, até o momento, a lei continua não sendo cumprida. O Poder Público Municipal ignora a Lei, prejudica o desenvolvimento e coloca em risco a saúde de seus habitantes.

Os resultados obtidos comprovam as hipóteses iniciais que levaram a realização do presente estudo, mostrando que a falta da Educação Física nos anos iniciais pode trazer prejuízos incalculáveis para saúde da criança, já que é nessa fase que ela constrói seu repertório motor, adquire confiança, autoestima e aptidão física. Dessa forma o Poder Público Municipal priva os escolares de conhecerem e desenvolver hábitos saudáveis, não oportunizando a realização da Educação Física de forma prazerosa e profilática. O estudo comprovou o atraso motor significativo e de acordo com a literatura essa deficiência também pode gerar prejuízo intelectual. Cumprindo as Leis de obrigatoriedade da Educação Física, os legisladores estarão respeitando o direito adquirido por Lei e proporcionarão uma vida mais saudável para os escolares, diminuindo o número de usuários nos hospitais. Investindo na Educação Física e na qualidade de vida das crianças os legisladores proporcionam saúde e economia.

Com os resultados obtidos, surge a necessidade do acompanhamento do Profissional de Educação Física e aulas de Educação Física em toda trajetória escolar da criança com um trabalho voltado para desenvolvimento motor. Este profissional deve ser auxiliado por uma equipe especializada em desenvolvimento e comportamento motor, monitorando e avaliando o desempenho dos escolares continuamente, oportunizando assim uma vida mais saudável ao indivíduo da concepção a longevidade, proporcionando economia a sociedade e aos cofres públicos.

REFERÊNCIAS

AMARO, K.N. *et al.* Validação das baterias de testes de motricidade global e equilíbrio da EDM. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**. v. 17, n. 2, p. 1-17, 2009. Disponível em: <http://motricidade.com.br>. Acesso em: 18 fev. 2012.

BARBETTA, P.A. **Estatística aplicadas às ciências sociais**. 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2008.

CANTELL, M.H.; SMYTH, M.M.; AHONEN, T.P. Clumsiness in adolescence: educational, motor, and social outcomes of motor delay detected at 5 years. **Adapted Physical Activity Quarterly**, Champaign, v. 11, n. 2, p. 115-129, abr. 1994. Disponível em: <http://www.extranet.nuorisuomi.fi>. Acesso em: 19 mar. 2012.

ECKERT, H.M. **Desenvolvimento motor**. 3. ed. São Paulo: Manole, 1993.

FERREIRA, L. *et al.* Desordem da coordenação do desenvolvimento. **Motriz**, Rio Claro/SP, jul. 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br>. Acesso em: 18 mar. 2012.

FREIRE, J.B. **De corpo e alma**: o discurso da motricidade. 2. ed. São Paulo: Summus, 1991.

GALLAHUE, D.L.; OZMUN, J.C. **Compreendendo o desenvolvimento motor**: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 3. ed. São Paulo: Phorte, 2005.

MARCONI, M.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**: 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MELLO, A.M. **Psicomotricidade, educação física e jogos infantis**. 7. ed. São Paulo: Ibrasa, 2010

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, portal da Agência Nacional de Saúde Complementar. **Manual Técnico**: Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças na Saúde Suplementar. 2 ed. Rio de Janeiro: ANS, 2007. Disponível em: <http://www.ans.gov.br>. Acesso em: 21 set. 2011.

ROSA NETO, F. **Manual de avaliação motora**: Porto Alegre: Artmed, 2002.

THOMAS, J.R.; NELSON, J.K.; SILVERMAN, S.J. **Métodos de pesquisa em atividades físicas**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

WILLOUGHBY, C.; POLATAJKO, H.J. Motor problems in children with developmental coordination disorder: review of the literature. **The American Journal of Occupational Therapy**, New York, v. 49. n. 8. p. 787, 1995. Disponível em: <http://ajot.aotapress.net>. Acesso em: 2 mai. 2012.

VALENTINI, N.C. Percepções de competência e desenvolvimento motor de meninos e meninas: um estudo transversal. **Movimento**, Porto Alegre, dez. 2002. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br>. Acesso em: 18 mai. 2012.

[1] Faculdade União das Américas - UNIAMÉRICA.

Avenida Tarquínio Joslin dos Santos, 1000
Jardim Universitário
Foz do Iguaçu/ PR
85870-650